

A educação e o (des)emprego 1.1 AGO 1996



Crítica de Robert Barro ao Real reflete ignorância sobre história recente do País

É leviana e desinformada a declaração do economista norte-americano, Robert Barro — monetarista de carteirinha que segue o ideário da escola de Chicago — segundo a qual o plano Real não é sério, a inflação voltará sem controle e a renda per capita no Brasil tem futuro decepcionante. Barro certamente desconhece passado e presente da economia brasileira e os efeitos sociais trágicos que as últimas três décadas de inflação alta produziram no Brasil.

Por isso faz pouco caso dos resultados do plano. E como os compêndios teóricos monetaristas ensinam que o ajuste fiscal deve anteceder qualquer plano de estabilização, ele aplica essa teoria ao caso brasileiro e formula sua sentença condenatória do Real, ignorando outros importantes fatores econômicos.

Formado em Havard, onde hoje Barro dá aulas, o diretor do Banco Central, Gustavo Franco, contesta a teoria de endeusamento do ajuste fiscal e sustenta, em sua tese de doutorado, que ele pode ser perfeitamente conseguido ao longo da consolidação da estabilidade de preços. Divergências acadêmicas à parte, ao sul do Equador não se desconhece que o equilíbrio fiscal é necessário e urgente sim, mas também sabe-se que as medidas dele decorrentes são amargas, sobretudo para a população pobre que precisa de serviços públicos. Cortar gastos públicos drasticamente, igno-

rando os efeitos sociais, é idéia que só cabe na cabeça de frequentadores de laboratórios da escola de Chicago.

Paradoxalmente, em sua avaliação Robert Barro critica — acertadamente — o baixo nível de educação no Brasil, justamente o setor que no mundo inteiro (inclusive no país de Barro) é sustentado por verbas públicas e pressiona o desequilíbrio fiscal. Claro, o ensino básico e fundamental, o que impulsiona a elevação do nível educacional, não o uni-

versitário. O monetarista norte-americano não descobriu nada. Melhorar a educação de um país faz parte daquelas obviedades históricas incontestáveis. Mas será que os governantes brasileiros tem se preocupado com esse óbvio? Afinal, o que aconteceu com a educação nos últimos anos? O baixo nível de escolaridade tem prejudicado a qualidade da mão-de-obra e distanciado ainda mais a desigual e injusta distribuição de renda no Brasil?

A estrutura do sistema educacional público acumula erros de muitos anos que o governo FH pouco tem feito para mudar, embora deles tenha consciência. Universidades inchadas de funcionários, professores que saem das salas de aula e passam a tocar projetos inúteis para serem melhor remunerados, desperdício de gastos com uma máquina obsoleta e inoperante, inexistência de pesquisas por falta de recursos, gastos com bolsistas no exterior que não voltam ao Brasil, teses financiadas

sem aplicação prática. Enfim, essa multiplicidade de distorções no ensino universitário subtraem verbas do orçamento da educação que teriam melhor uso no ensino básico de 1º grau. Terá vida curta e limitada a distribuição de renda proporcionada pela estabilização de preços se não for acompanhada da elevação do nível de escolaridade da população.

Em sua edição do último domingo, o *Estado* publica duas interessantes pesquisas sobre desigualdade salarial e o impacto da educação sobre o emprego e a renda do trabalhador assalariado que comprovam a necessidade de priorizar o ensino básico. Na primeira pesquisa, o economista da Unicamp Márcio Pochmann constata o que Robert Barro não viu: o plano Real foi responsável por uma impressionante redução da desigualdade salarial nos primeiros 18 meses, mas nos primeiros seis meses deste ano a situação inverteu e a disparidade de renda voltou — ainda lentamente, mas com indicativos de se acentuar com o crescimento do desemprego. Os números em resumo: em dezembro de 1993 os 10% assalariados mais ricos ganhavam, em média, 10,22 vezes o que recebiam os 10% mais pobres. Nos primeiros 18 meses de plano Real, terminados em dezembro de 1995, essa diferença caiu para 7,57 vezes. Melhorou, portanto, a distribuição da renda assalariada. A queda da inflação e o crescimento do emprego tem a ver com esse resultado. O nível de escolaridade do trabalhador não, uma vez que estagnou em 4 anos na média, enquanto na Argentina é de 9,2 anos e no Uruguai 8,1. Essa disparidade tem reflexo direto sobre a qualidade da mão-de-obra dos produtos industriais.

A segunda pesquisa, de dois economistas do Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (Ipea), traz dados impressionantes que mostram o quanto perde o infortunado trabalhador brasileiro que não teve chance de frequentar a escola por mais tempo. Segundo esse trabalho, em 1988 o trabalhador de São Paulo com 1º grau completo tinha um rendimento médio de R\$ 1.210,00. Em 1995, para receber um salário médio menor, de R\$ 890,00, precisava ter completado o 2º grau. Os economistas Edgard Luiz Alves e Fábio Veras, autores da pesquisa, alertam que o mercado de trabalho tende a ficar cada vez mais qualificado e seletivo em consequência da rápida modernização tecnológica.

Essa nova realidade já está exigindo mudanças no conceito do ensino profissionalizante no País. Até agora as escolas do Senai e Senac tem servido para treinar mão-de-obra técnica para indústria e comércio. Agora, não basta saber apertar o parafuso ou abordar o comprador. É preciso ter conhecimento, instrução para entender os processos de produção, organização e venda em toda sua extensão. Se a totalidade da arrecadação de taxas do Sesi/Senai, Sesc/Senac e tantos outros "esses" se destinassem à educação dos trabalhadores, seria mais fácil e rápido preparar mão-de-obra para esse novo tempo. O problema é que, como são geridos por entidades patronais, parte grande desses recursos tem servido para financiar a construção de prédios luxuosos, salários, viagens e outros tantos gastos de federações e confederações de empresários, que deveriam se sustentar por seus próprios meios.